

APESAR DO AI-5: a (re)organização do Movimento Estudantil Universitário em Sergipe (1969-1985)

José Vieira da Cruz*

RESUMO:

Este trabalho estuda a trajetória de estudantes universitários em Sergipe após a decretação, em dezembro de 1968, do Ato Institucional nº5. E, neste sentido, entender como eles se mantiveram organizados após o fechamento de suas principais centrais representativas, de que maneira negociaram a reabertura do DCE e como contornaram os processos eletivos indiretos até reconquistarem o direito de eleger diretamente seus representantes. Fundamentado no exame de fontes escritas e orais, este trabalho busca, portanto, explicitar a posição desses estudantes em relação à legalidade de suas entidades representativas, à autonomia universitária e, sobretudo, à democracia brasileira. Trajetória de acontecimentos que se confunde com as mobilizações em torno da realização de eleições diretas para Reitor e para Presidente da República.

PALAVRAS-CHAVE: estudantes, movimento estudantil, ditadura militar

* Orador oficial do IHGSE, diretor da ANPUH/SE, doutorando em História Social/UFBA. Atualmente é professor da Universidade Tiradentes, da rede estadual e ensino e da rede municipal de Aracaju.

O Ato Institucional Nº 5 foi baixado no dia 13 de dezembro de 1968, um dia depois da votação no Congresso. Em muitos pontos o texto reiterava disposições dos dois primeiros atos institucionais, mas havia uma diferença importante: não se estipulava prazo para sua vigência. Seriam permanentes os controles e a suspensão das garantias constitucionais¹.

Os acontecimentos que se sucederam ao golpe civil-militar de 1964 efetivaram o estabelecimento de uma ordem política pautada no controle da sociedade em nome do “interesse nacional” sob a tutela dos militares e o apoio de parte da sociedade. Entretanto, apesar das tentativas do governo de desarticular a sociedade civil, alguns setores da Igreja Católica, da imprensa e dos estudantes criaram dificuldades a essa intenção².

Em face dessas resistências, os dispositivos jurídicos que alicerçaram esse Estado e sua Ideologia de Segurança Nacional foram reforçados e ainda mais endurecidos com o Ato Institucional de 1968. Apesar deste novo ato se diferenciar dos demais pelo prazo não determinado de sua vigência e pelos efeitos permanentes de controle e suspensão de direitos constitucionais que ele produzia, parte da sociedade que continuava a não apoiar o golpe esboçou seu descontentamento. Neste sentido, esse artigo tem a pretensão de estudar, a partir das experiências políticas e culturais dos estudantes universitários, algumas discussões e alguns posicionamentos da sociedade sergipana no período em apreço.

A poesia de protesto de Mario Jorge Vieira, então estudante do colégio Atheneu na ocasião do golpe de Estado em tela, expressa um pouco desse sentimento quando evoca em um dos seus poemas as alegorias figurativas das “botas” que “esmagam mas que “pisam o tran-

¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1985, p. 131.

² DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe. 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p.66.

sitório”³. As suas palavras refletiam aquilo que uma parcela da sociedade civil anteriormente acostumada a participar dos debates acerca do nacional-popular na cultura brasileira teimava em aceitar, sobretudo, no que tangia a permanência daquele tempo histórico que parecia se apresentar nos limites fugazes de uma transitoriedade. Expectativa em parte esperada pelo histórico desempenhado pela participação dos militares ao longo da política republicana brasileira. Até os acontecimentos de 1964 a participação dos militares no cenário político pautava-se pela intervenção, restabelecimento da ordem e retorno aos quartéis⁴.

Não obstante a existência deste sentimento de resistência e de expectativa no breve retorno dos militares aos quartéis, após os primeiros anos de protesto contra a ditadura militar instalada no país, o movimento estudantil, assim como grande parte da sociedade brasileira, depara-se com mais um ato institucional, desta feita o de número 05, publicada as vésperas do final do ano de 1968, e com este uma radicalização ainda maior do regime em relação à sociedade⁵. Desta forma, o AI-5 não representou apenas a radicalização dos acontecimentos desencadeados em abril de 1964, como também, o reforço na mudança de atitude do aparelho militar que deixava de se posicionar como “interventor transitório” e passava a assumir a condição de dirigente da ordem política e social, estabelecendo um longo período de 21 anos de governo⁶.

³ JORGE, Mário. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1982, p.42.

⁴ BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.16.

⁵ A respeito do posicionamento dos estudantes secundaristas e universitários no período entre 1964 a 1968 além do estudo de DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob. cit.*, destacam-se também os trabalhos de: BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o regime autoritário (1964-1968)*. São Cristóvão: DHI/UFS, 1999. (Monografia de graduação); e PALMEIRA, Gardênia Correia & SILVA, Laís Macedo Silva. “Em tempos autoritários”: história do movimento estudantil em Sergipe (1964-1968). Curso de História: UNIT, 2007. (Trabalho de Conclusão de Curso).

⁶ BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.13-42.

Entre os efeitos produzidos por esse Ato Institucional, o movimento estudantil, em particular, assiste ao fechamento de suas entidades representativas como a UNE⁷, as UEE's⁸ e os DCE's⁹. Desta feita, não era apenas uma tentativa de intervenção como a que a Lei Suplicy¹⁰ preconizava e os estudantes, em certa medida, puderam “reverter”, mesmo funcionando à revelia¹¹. Tratava-se, naquele momento, do fechamento da entidade nacional, das entidades estaduais, de diretórios centrais e de alguns diretórios ou de centros acadêmicos.

Em Sergipe, a União Estadual dos Estudantes Sergipanos – UEES – já havia sido atingida com os acontecimentos de 1964, não resistindo ao processo de intervenção deflagrado pela Lei Suplicy. Sob a égide dessa intervenção, a UEES foi transformada em Diretório Estadual dos Estudantes Sergipanos – DEES –, este logo vindo a se desfazer, como sinaliza as pesquisas já realizadas e a documentação disponível¹².

Além da UEES, dois órgãos de representação estudantil importantes enfrentaram os imperativos preconizados pelos dispositivos da Lei 4.464/1964. Como foi o caso do Diretório Acadêmico Jackson Figueiredo, formado pelos estudantes da Faculdade Católica de Filosofia, que rejeitaram as alterações propostas pela nova lei a seu estatu-

⁷ Fundada em 1937, a União Nacional dos Estudantes – UNE –, não obstante a herança advinda do Estado Novo tornou-se a instituição representativa dos estudantes brasileiros desde então.

⁸ Nos estados em que os estudantes universitários se encontravam organizados existiam as União Estadual dos Estudantes – UEE's. No caso de Sergipe a UEES.

⁹ Nas universidades ou centros universitários os estudantes e os diretórios estabelecidos por curso tinham no Diretório Central de Estudantes – DCE's –, a representação institucional central.

¹⁰ A Lei nº 4.464, de novembro de 1964, denominada de Lei Suplicy de Lacerda, tinha com propósito dispor sobre a forma de institucionalização e organização dos órgãos de representação dos estudantes no país. O que deveria implicar na adequação e reforma dos regimentos e estatutos dos órgãos de representação estudantil, assim como, das universidades e demais estabelecimentos de ensino superior.

¹¹ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis*: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007, p. 155.

¹² DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob cit.*, p. 70.

¹³ GAZETA DE SERGIPE. “Estudantes da FAFI Rejeitam Lei Suplicy”, 01/10/1965.

to. Posição que rendeu debates, noticiados na imprensa local, entre o diretor da faculdade a época, Dom Luciano Duarte, e a diretoria desse diretório¹³. Em certa medida, os reflexos desse debate e os efeitos da criação da Universidade Federal de Sergipe, no bojo da Reforma Universitária implantada no período¹⁴, levariam a extinção do diretório. O Centro Acadêmico Silvio Romero, formado pelos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe, por sua vez, também travaram fortes embates sobre as implicações do novo dispositivo jurídico. Coube aos estudantes deste centro acadêmico um importante papel na rearticulação dos estudantes universitários a partir de 1966¹⁵.

Por outro lado, a criação da Universidade Federal de Sergipe em 1968, a partir da incorporação das faculdades existentes à época, propiciou naquele mesmo ano a fundação do Diretório Central dos Estudantes¹⁶, entidade que emplacou discussões como a da campanha pela exploração do potássio, abundante no território de Sergipe, chegou a inaugurar uma sede, e participou do XXX Congresso da UNE¹⁷. A

¹⁴ A reforma universitária, empreendida em 1968, fundamentou-se nas Leis 5.540/68 e 5.539/68. E além delas é necessário contextualizá-la em meio aos demais dispositivos jurídicos do período como o Ato Institucional nº5 e o Decreto-lei 477/99. A respeito ver: CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Lucionio Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp.178-181.

¹⁵ DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob cit.*, pp.80-81.

¹⁶ Essa diretoria foi composta por João Augusto Gama, presidente, José Polito, primeiro vice presidente, Elvidina Macêdo de Carvalho, segunda vice presidente, Dilson Menezes Barreto, secretário geral, Emília Maria Machado, primeira secretária, Janete Sá, segunda secretaria, Benedito Figueiredo, tesoureiro, Adirani Santos, segundo tesoureiro Clara Angélica Porto, secretaria de cultura, Rosa Maria Tavares Gentil, secretaria social, e ainda Francisco Varela, como representante no Conselho Universitário, e Laura Tourinho Ribeiro como suplente no referido conselho. Cf. *GAZETA DE SERGIPE*. "Primeira diretoria do DCE tem posse hoje a noite", [?]/09/1968 e Ata da primeira reunião ordinária da Diretoria do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Sergipe, data de 13 de setembro de 1968.

¹⁷ PALMEIRA, Gardênia Correia & SILVA, Glícia Laís Macedo. "*Em tempos autoritários*": história do movimento estudantil em Sergipe (1964 -1968). Aracaju: UNIT, 2007. (Trabalho de Conclusão de Curso).

eleição da primeira diretoria do Diretório Central dos Estudantes foi importante, também, porque após o fechamento da UEES e sua transformação em DEES, conforme preconizava a Lei Suplicy¹⁸, os estudantes não se sentiam estimulados a eleger uma direção para esta central estudantil, no caso a DEES¹⁹. A criação da universidade, não obstante os debates quanto a sua forma de constituição – se autarquia ou se fundação²⁰ –, parece ter fortalecido entre os estudantes a necessidade de se reorganizarem em torno de uma central estudantil, desta feita o DCE/UFS²¹.

Entretanto, a exemplo do que aconteceu com a UNE, o DCE da recém criada universidade também foi fechado e seus dirigentes foram enquadrados no Decreto-lei nº 477. Estes estudantes não chegaram a ser expulsos, entretanto, perderam seus direitos de exercer cargos e participar das eleições estudantis, uma alternativa viabilizada pelo então reitor João Cardoso Nascimento para atenuar o rigor da nova legislação e da pressão dos órgãos de segurança e informação²².

Em torno dessa discussão, este trabalho tem a pretensão de esmiuçar alguns aspectos da trajetória percorrida pelos estudantes universitários em Sergipe após a decretação, em dezembro de 1968, do AI-5 e dos caminhos trilhados para sua (re)organização. Fundamentado no exame de fontes escritas e em entrevistas realizadas com atores

¹⁸ Art. 1º, alínea “c” da Lei 4.464/64.

¹⁹ *GAZETA DE SERGIPE*. Op. cit., [?]/09/1968

²⁰ Ver a respeito em DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob. cit.*, p.81, e na entrevista concedida por Wellington Dantas Magueira Marques em 05/11/2007. In: PALMEIRA, Gardênia Correia & SILVA, Glícia Laís Macedo. *Ob. cit.*; pp. 92-104.

²¹ Examinado a “Ata da primeira reunião ordinária da Diretoria do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Sergipe (sic)”, data de 13 de setembro de 1968, observa-se que os estudantes da diretoria eleita esperavam contar com o apoio da instituição de ensino superior para organizar a entidade, e exemplo de questões como o local em que funcionaria entidade. Indício de que havia certo apoio da instituição para com a importância dos estudantes estrutura-se sua central estudantil.

²² DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob. cit.*, pp.100-103.

sociais que vivenciaram estes acontecimentos, este trabalho busca demonstrar como os estudantes universitários marcaram posição em favor do reconhecimento da legalidade de suas entidades representativas, assim como, enlaçaram-se com a luta da comunidade universitária e da sociedade em pró da redemocratização do país.

APESAR DA DITADURA, O MOVIMENTO ESTUDANTIL SE (RE)ORGANIZOU

Os anos seguintes, no intervalo de 1969 a 1975, aparecem eclipsados por uma aparente desarticulação dos estudantes. Martins Filho refere-se a esse período como um momento em que os atores sociais que protestavam contra o regime foram silenciados e reprimidos²³. Examinando a documentação produzida pelos estudantes e a eles relacionada, constata-se que embora tendo suas entidades representativas fechadas – UNE, UEE's e DCE's – e colocadas na clandestinidade os estudantes mantiveram, ainda que sob constante vigilância e controle das instituições de ensino e dos órgãos de segurança, um mínimo de organização através dos diretórios acadêmicos relacionados aos respectivos cursos a que estavam vinculados²⁴.

Os registros escritos a respeito desta reabertura do DCE/UFS sinalizam, entre outras coisas, o caminho institucional trilhado pelo movimento estudantil universitário no intervalo de 1969-1975. Desta forma, a compreensão da (re)organização do movimento estudantil na UFS, desde meados dos anos 70, deve ser compreendida, também a partir das estratégias de organização desses diretórios acadêmicos.

²³ MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

²⁴ Mais informações a respeito podem ser obtidas em: CRUZ, José Vieira da. *Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)*. *Ponta de Lança*, São Cristóvão v.2, n. 3, out. 2008 – abr. 2009, pp. 93-109; e, CARVALHO, Gislaiane Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição: a história da AESI em Sergipe*. São Cristóvão: UFS, 2008. (Monografia de graduação).

...a notícia de que alguns estudantes se movimentaram para a composição de chapas, visando a eleição para o diretório acadêmico da Faculdade de Direito. Pela primeira vez, desde 1968, ouve-se falar em movimento estudantil.

Não obstante, a Universidade Federal de Sergipe tem nada menos de que nove diretórios acadêmicos, devidamente legalizados, nas suas unidades de ensino²⁵

A matéria noticiada não informa apenas a movimentação de estudantes se organizando para concorrer a eleições, no caso da Faculdade de Direito, como também, ela dá conta da existência de outros diretórios que vinham funcionando sob a regulação das Instituições de Ensino Superior e dos órgãos de segurança e informação como prescrevia a legislação então vigente. Ainda nessa matéria, em tom reivindicatório, os estudantes cobram recursos da universidade para o funcionamento das atividades estudantis e asseveram que “não existe vida universitária em Sergipe simplesmente porque ‘o único meio de movimentá-la – no caso, os diretórios acadêmicos – estão todos parados, sem funcionar’”²⁶. A notícia evidencia a importância da vida universitária associada às atividades dos diretórios como algo necessário e imprescindível às atividades culturais inerentes ao desenvolvimento do pensamento científico, artístico e cultural. Por outro lado, o argumento de que os diretórios encontram-se parados e sem funcionar evidencia uma estratégia para obter recursos. Em meio a esse jogo, entre a autonomia e a dependência financeira, os estudantes buscavam redimensionar espaços e relações de poder.

A esse respeito, entre os diversos documentos pesquisados – atas, ofícios, prestação de contas e notícias de jornais –, observou-se que na Universidade Federal de Sergipe, mesmo após a decretação do AI-5,

²⁵ *JORNAL DA CIDADE*, “UFS tem 9 diretórios que não funcionam”, 4 de junho de 1972, p. 3

²⁶ *JORNAL DA CIDADE*, *Op. cit.*

foram encontrados registros do funcionamento de pelo menos 9 diretórios acadêmicos: O Diretório Acadêmico Sívio Romero, formado pelos estudantes do curso de Direito, o Diretório Acadêmico Barão de Mauá, formado pelos estudantes do curso de Ciências Econômicas, o Diretório Acadêmico João Ribeiro, formado pelos estudantes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o Diretório Acadêmico D. Luciano Cabral Duarte, formado pelos estudantes da Faculdade de Educação, o Diretório Acadêmico Maria Kiell, formado pelos estudantes do curso de Serviço Social, o Diretório Acadêmico Amando Fontes, formado pelos estudantes do Instituto de Letras e Artes, o Diretório Acadêmico Antônio Militão Bragança, formado pelos estudantes do Instituto de Química, o Diretório Acadêmico Augusto César Leite, formado pelos estudantes da Faculdade de Ciências Médicas, o Diretório Acadêmico Carlos Chagas, formado pelos estudantes do curso de Biologia²⁷.

Esses registros são importantes indicativos de que, mesmo sobre controle e vigilância, os estudantes universitários conservaram um mínimo de organização no período que antecedeu a reabertura do DCE/UFS. Pode-se dizer que esse foi um dos pontos de partida do qual o movimento estudantil universitário começou a (re)organizar suas atividades em Sergipe em meio ao processo de distensão e abertura política que se encaminhava ao longo dos anos 1970 no país²⁸. Para Ibarê Dantas, à medida “que a distensão transcorria, apesar de seu caráter liberalizante, alguns órgãos da sociedade foram contribuindo para respaldar reivindicações sociais”²⁹. E destaca o trabalho social da diocese de Propriá, através da figura de D. José Brandão de Castro, assim como, a instalação dos diretórios acadêmicos³⁰.

²⁷ SANTOS, Assis Fabiano Braga Santos & SANTOS, José da Conceição Lima. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. Aracaju: UNIT, 2009. (Trabalho de conclusão de curso).

²⁸ MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papirus, 1995.

²⁹ DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob. cit.*, p. 220.

³⁰ DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob. cit.*, pp.220-221.

Parafraseando o refrão da música de Chico Buarque de Holanda³¹, apesar do AI-5 o movimento estudantil (re)organizou-se. Neste sentido, a reabertura do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Sergipe, o DCE/UFS, retoma, entre os estudantes, a experiência de uma central estudantil. Evocando essa história, embora a UEES não tenha sido reativada, ocorre sua ressignificação, através da (re)organização do DCE/UFS, que havia sido colocado na clandestinidade após os acontecimento de dezembro de 1968. Neste sentido, quando os estudantes universitários da UFS elegeram em 1975 uma nova diretoria para o Diretório Central dos Estudantes, através de um processo eleitoral indireto, estabeleciam um importante marco político e histórico na reconquista da legalidade e autonomia de sua instituição representativa.

No período entre 1975 e 1977, o processo de eleição para o DCE ocorreu, portanto, de modo indireto, através de quatro estudantes, eleitos para representar cada um dos centros de ensino – respectivamente associados a uma das áreas de conhecimento: exatas, humanas, saúde e sociais –, a eles competia eleger as direções do DCE/UFS. Evidentemente, essa foi à solução negociada em meio ao teatro de forças daquele momento histórico pelos estudantes com os representantes da universidade e dos órgãos de segurança e informação para retomarem as atividades do DCE. Negociação evidenciada no exame das atas do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Nessas atas, ainda que espaçadamente e de modo breve, encontram-se registros das reivindicações dos estudantes interpelando os demais conselheiros da necessidade de legalizar a instituição de representação central dos estudantes na UFS, assim como, os diretórios acadêmicos.

A partir de 1975, portanto, as atividades do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe são retomadas sob a

³¹ Apesar de você/Amanhã há de ser outro dia./Ainda pago pra ver/O jardim florescer/Qual você não queria./
(Trecho da música "Apesar de você", 1968)

perspectiva de eleições indiretas. Condição que não impediu os estudantes de ao assumirem a nova diretoria da entidade, ainda em plena ditadura, expressarem sua crítica ao sistema de ensino, ao modelo de gestão da universidade e da política então vigente no país. O discurso de posse do estudante Antonio Vieira de Araújo, eleito em 1975 para presidir o DCE a partir do ano seguinte, destaca alguns dos pontos mencionados:

Como presidente do DCE, nossa primeira convocação é para que nós estudantes possamos colaborar para a melhoria substancial do nível de ensino. O momento é importante também para questionar quanto a produção de conhecimento teórico e prático que aqui se administra.

Será que este conhecimento tem servido para ajudar a Universidade sergipana a se firmar na nossa comunidade?³²

O jovem líder estudantil, estudante do curso de História e novo presidente do DCE, Antonio Vieira de Araújo, na presença do então reitor Luiz Bispo, ainda finalizaria o seu discurso de posse fazendo uma crítica às oligarquias locais: “antes de tudo isso, vamos abrir a Universidade de Sergipe a todos que tem algo de novo a dizer, porque já estamos conscientes de que a fala dos oligárquicos já caiu em decuso (sic)”³³. Mais do que um discurso de ousadia de um jovem líder universitário, o destaque conferido pela imprensa local ao acontecimento noticiado como matéria de capa, inclusive com a foto dos empossados na presença de autoridades, conferiu ao ato e ao discurso um importante significado político, sobretudo no instante em que o país começava a esboçar um movimento no sentido de apontar a necessidade de se redemocratizar. Os sentidos dessa redemocratização proferido nesse discurso, entretanto, parece não se circunscrever apenas na crítica da

³² *Gazeta de Sergipe*. DCE quer UFS livre da oligarquia, 7 de Janeiro de 1976, p.1

³³ *Op. cit.*

continuação dos militares no governo, ele também acentua a necessidade de tornar a universidade mais acessível a outros segmentos da sociedade.

Nessa fase de abertura do Diretório Central dos Estudantes da UFS passaram pela presidência da instituição os estudantes Antônio Vieira de Araújo, entre 1975/76, Milton Alves, entre 1976/77, e José Luiz, entre 1977/78. Segundo Ibarê Dantas, nesta fase o DCE esteve próximo dos simpatizantes do PCB. Tendência que segundo ele declinou em razão da “crise que se abateu sobre velho partidão”³⁴. A postura dos estudantes que estavam à frente do movimento estudantil do período deve ser entendida, também, à luz do jogo político partidário do período. Neste sentido, diferentes tendências políticas de oposição agruparam-se em torno da Ala do Jovem do Movimento Democrático Brasileiro – MDB – para fazer críticas à ditadura. Influenciado pelo MDB, os membros de sua ala jovem, também pontuaram a ampliação da linha de atuação do movimento estudantil:

não pode ter função exclusivamente interna à universidade, pois todas essas características separadas do ensino universitário são extensão dos interesses de um modelo econômico, político e social vigente, que atua para o benefício das grandes potências estrangeiras³⁵.

Paralelo ao processo de conquista das eleições diretas para o DCE, os estudantes, articulados pelo MDB, tomaram parte de mobilizações em favor da anistia de presos e exilados políticos, acontecimento ainda muito pouco estudado em Sergipe.

Retomando a questão das eleições para direção do DCE, nota-se que esse processo eleitoral, ainda que restrito e indireto, não passou

³⁴ DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob. cit.*, p. 222.

³⁵ BOLETIM DO SETOR JOVEM DO MDB, julho de 1977.

sem protestos por parte dos estudantes em meio ao palco político do período. Em nota publicada e distribuída a comunidade universitária eles expuseram sua crítica a questão nos seguintes termos:

O processo indireto da eleição do Diretório Central dos Estudantes impede a participação da maioria dos estudantes na escolha da diretoria de sua entidade. São apenas 04 estudantes por cada unidade, decidindo por todos os alunos do curso³⁶.

Tais protestos resultaram na eleição direta ocorrida em 1978. Eleição que coincide com a hegemonia da tendência “Atuação” que elege como presidentes os estudantes: Clímaco Dias, entre 1978/79, Milson Barreto, entre 1979/80, Francisco dos Santos, entre 1980/81, e Marcelo Deda, entre 1981/82³⁷. A respeito da influência política desta tendência o historiador Ibarê Dantas aponta “a mistura doutrinária do leninismo, trotskismo e anarquismo”³⁸.

As eleições de 1982 marcam o fim da tendência “Atuação” e o início do período de hegemonia da tendência “Viração”. Segundo um de seus membros, essa tendência era “a expressão do PC do B no movimento estudantil, não era propriamente uma corrente do PC do B, mas eram pessoas que atuavam sobre a orientação do PC do B, sendo uma corrente organizada a nível nacional”³⁹. Entre as lideranças da Viração que ocuparam a presidência do DCE até 1986 estão Álvaro

³⁶ Nota expedida pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe em 1978.

³⁷ A respeito da tendência “Atuação” existe o trabalho exploratório de: EVARISTO, Cláudia dos Santos. *Da distensão a abertura política: o movimento estudantil em Sergipe (1977-1985)*. Curso de História: UNIT, 2006. (Trabalho de Conclusão de Curso)

³⁸ DANTAS, José Ibarê Costa. *Op. cit.*

³⁹ Entrevista concedida por Carlos Roberto da Silva, conhecido como Cauê, líder estudantil e membro da Viração, em 18/06/2008. In: ESPÍRITO SANTO, Farley Goes do & ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração: uma parte da história do ME em Sergipe*. Aracaju: UNIT, 2006, pp. 87-109.

Vilela, entre 1982/83, Edvaldo Nogueira, entre 1983/84, Carlos Roberto da Silva, o Cauê, entre 1984/85, e Eduardo Barros, entre 1985/86⁴⁰. As eleições que se seguiram foram pautadas por disputas mais incisivas que tiveram como consequência uma maior alternância na liderança do movimento estudantil entre grupos ligados ao PT, ao PC do B e grupos independentes. Estes por algumas vezes sendo decisivos nos debates e embates eleitorais. Desta forma, além das influências políticas identificadas é preciso assinalar a existência de grupos independentes e que se relacionavam ao movimento por outros níveis de afinidades quer sejam eles de parentesco, de amizade, de coleguismo, de vizinhança, de ideologia ou político-partidário.

Não obstante o destaque conferido nesta passagem aos que presidiram o DCE, não se pode reduzir a uma só pessoa a diretoria e, muito menos, o movimento estudantil. Neste sentido, pensando do ponto de vista de um historiador social, a interpretação da teia de significados possíveis a respeito dos estudantes e dos movimentos dos quais tomam parte, deve ser buscada à luz do contexto histórico em que ocorreram. Entendendo, assim, os estudantes universitários como sujeitos constituídos e constituidores de experiências e de expectativas elaboradas a partir de processos sociais, políticas e culturais partilhados e disputados em determinado tempo e espaço social. Perspectiva que toma de empréstimo o olhar empregado por E. P. Thompson para entender os acontecimentos históricos e suas categorias a partir dos “processos sociais através dos tempos”⁴¹.

⁴⁰ A respeito da tendência “Viração” existe o trabalho exploratório de: ESPÍRITO SANTO, Farley Goes do & ANDRADE, Daniele Xavier de. *Ob. cit.*

⁴¹ THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. (Org.) Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 270

ELEIÇÕES DIRETAS LIVRES PARA O DCE, O REITOR E O PRESIDENTE

Como foi exposto, a hegemonia da tendência “Atuação” tem início com o fim do processo eleitoral indireto para o DCE. Fato que veio a se consubstanciar no final do ano de 1978, a partir do atendimento por parte da reitoria das reivindicações dos estudantes. Desta forma, os estudantes participaram da primeira eleição direta, embora ainda não inteiramente livre, para eleger a diretoria de seu DCE desde a decretação do AI-5 em dezembro de 1968. Nos anos seguintes, a consolidação desta conquista se confundiria com a luta pela eleição direta para reitor e para Presidência da República. Lutas nas quais os estudantes universitário também tiveram a sua parcela de contribuição.

Nos anos 80, os debates e mobilizações em torno da realização de eleições diretas e livres em todos os níveis diretivos – do DCE a presidência da República – parece ter envolvido a comunidade universitária naquele momento histórico. Em 1984, o movimento estudantil em várias partes do país participou, junto com outros setores da sociedade, participaram da campanha pró-eleições diretas para Presidência da República⁴². Essa participação foi efetivada através de vendas de camisetas, passeatas, debates, shows e comícios que buscavam envolver a sociedade em torno deste movimento. Em Sergipe, esse movimento começa a ganhar força entre fevereiro e março de 1984, sendo a Praça Fausto Cardoso um dos principais palcos desse movimento:

Lula e Ulysses Guimarães junto com a organização do comitê pelas diretas-já em Sergipe com liderança de Jackson Barreto e Valadares pelo lado do PMDB organizam um comício com milhares de pessoas na Praça Fausto Cardoso discursando sobre a importância das diretas e como a população sergipana deveria aderir ao movimento ⁴³.

⁴² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 5ª. Ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 1994, 469.

⁴³ GAZETA DE SERGIPE, 27/02/1984.

Concomitantemente as mobilizações em pró das Diretas-já, para eleição do presidente do país, os estudantes da UFS, através do DCE, também lutavam pelo direito de escolher o reitor da universidade. Reivindicações efetivadas a partir de um longo processo de mobilizações envolvendo estudantes, professores e funcionários⁴⁴. Ilustra esse processo, o documento encaminhado pelos presidentes do DCE, da Associação dos Professores e da Associação dos Servidores da UFS ao Conselho Superior da instituição para aprovação da lista sêxtupla dos candidatos mais votados para eleição do cargo de reitor:

As três categorias manifestaram pela eleição direta para indicação da lista sêxtupla. Daí em diante, as três entidades, em Assembléias Universitárias com a participação de Docentes, Discentes e Servidores Técnico-Administrativos, aprovaram regulamento eleitoral para nortear e garantir o maior espaço democrático para o processo eleitoral⁴⁵.

A conquista deste direito não foi automática, assim como, todo processo de desmilitarização da sociedade brasileira seguiu os passos e os ditames do processo de distensão e abertura política iniciados em meados anos 1970, e teve continuidade na lenta transição democrática transcorrida ao longo da década de 1980. Se no caso do DCE/UFS o subterfúgio institucional e do governo encontraram na eleição indireta o pretexto para adiar o direito dos estudantes em reabrirem sua central estudantil, no caso do direito de eleger o reitor das universidades a negociação entre governo e sociedade passou pela aceitação da eleição de uma lista sêxtupla dos candidatos mais votados pela comunidade acadêmica. Nomes que deveriam ser apreciados pelo Presidente da República para posterior aprovação e indicação.

⁴⁴ *JORNAL DODCE*, abril de 1984.

⁴⁵ Documento assinado pelos presidentes do DCE, ADUFS e ASUFS em 12 de junho de 1984.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação escrita, localizada, e as fontes orais, coletadas, possibilitam discutir uma série de outras questões a respeito das posições e interesses assumidos por uma parte dos estudantes universitários, em particular, os que se encontravam envolvidos na luta política e na militância cultural. Questões como a luta pelos direitos indígenas, as discussões sobre a defesa de moradia popular, mobilizações contra reajustes dos preços das passagens dos ônibus, a defesa de questões ambientais, do movimento negro, e das lutas feministas surgem e ganham corpo entre os estudantes universitários e se expandem, passando a incorporar outros setores da sociedade.

As experiências e o campo de disputas fomentadas nas sendas das fileiras do movimento estudantil promoveram, entre outras consequências, a formação de intelectuais, políticos, sindicalistas, artistas e cidadãos. Neste sentido, descortinar o campo de possibilidades que o estudo sobre a representação das ações coletivas e individuais dos estudantes – seja política, seja cultural – se configura como um manancial fértil e amplo para pesquisas deste período da história brasileira interpretada a partir de seus desdobramentos em Sergipe.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1985.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro : Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 13-42.

BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o regime autoritário (1964-1968)*. São Cristóvão: DHI/UFS, 1999. (Monografia de graduação).

CARVALHO, Gislane Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição: a história da AESI em Sergipe*. São Cristóvão: UFS, 2008. (Monografia de graduação).

CRUZ, José Vieira da. “O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos no início dos anos 60” in: *Caderno do estudante*. São Cristóvão: UFS/CIMPE, V.2, 1999, pp.99-114.

_____. Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977). *Ponta de Lança*, São Cristóvão v.2, n. 3, out. 2008 – abr. 2009, pp. 93-109.

CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciono Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp.151-204.

DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe. 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

ESPIRITO SANTO, Farley Goes do; ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração: uma parte da história do ME em Sergipe*. Aracaju: UNIT, 2006. (Trabalho de conclusão de curso).

EVARISTO, Cláudia dos Santos. *Da distensão a abertura política: o movimento estudantil em Sergipe (1977-1985)*. Aracaju: UNIT, 2006. (Monografia de graduação).

JORGE, Mário. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1982.

MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.

PALMEIRA, Gardênia Correia; SILVA, Glícia Laís Macedo. “*Em tempos autoritários*”: história do movimento estudantil em Sergipe (1964 -1968). Aracaju: UNIT, 2007. (Trabalho de Conclusão de Curso).

SANTOS, Assis Fabiano Braga Santos; SANTOS, José da Conceição Lima. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. Aracaju: UNIT, 2009. (Trabalho de conclusão de curso).

THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. (Org.) Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 5 Ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 1994.

ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz (Org.). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

